



POLÍTICAS PÚBLICAS

Prof. Cláudia Redin



POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTÕES (ESTATUTO DO IDOSO)

01 (UNESPAR - 2019) O Estatuto do Idoso se destina a regular os direitos assegurados:

- A) Às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- B) Às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- C) Ao homem com idade igual a 65 (sessenta e cinco) anos e à mulher com idade igual ou superior à 60 (sessenta) anos.
- D) Ao homem com idade igual a 70 (setenta) anos e à mulher com idade igual ou superior à 65 (sessenta e cinco) anos.
- E) Ao homem com idade igual a 75 (setenta e cinco) anos e à mulher com idade igual ou superior à 70 (setenta) anos.

02 (MS CONCURSOS - 2018) Não estando o idoso em domínio de suas faculdades mentais, lhe é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde mais favorável. Essa medida será tomada:

- A) Pelo médico responsável pelo atendimento, antepondo o desejo da família e/ou do curador.
- B) Pelo curador, quando o idoso for interditado, ou pelos familiares, quando o mesmo não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil.
- C) Pelo médico, mesmo não havendo risco de vida, sem a consulta dos familiares ou curador.
- D) Pelo curador responsável, por mais que o mesmo, não esteja presente para consulta em tempo hábil, o médico deverá aguardar.
- E) Pelo próprio idoso.



03 (FEPESE - 2019) De acordo com as diretrizes do Estatuto do Idoso, assinale a alternativa que indica **corretamente** o princípio que as entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência devem adotar ao desenvolver suas atividades.

- A) Preservação dos vínculos familiares.
- B) Atendimento personalizado individual.
- C) Fazer rotatividade da estadia do idoso entre as instituições de longa permanência, salvo em caso de força maior.
- D) Levar o idoso para participar de atividades comunitárias apenas de caráter interno.
- E) Oferecer apenas ambiente de respeito e dignidade.

04 (FAUEL - 2019) O Estatuto do Idoso estabelece que o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas certas condições. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma dessas condições.

- A) Físicas.
- B) Intelectuais.
- C) Psíquicas.
- D) Raciais.

05 (OBJETIVA - 2019) A obrigação alimentar é solidária, não podendo o idoso optar entre os prestadores (1ª parte). Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social (2ª parte). A sentença está:

- A) Totalmente correta.
- B) Correta somente em sua 1ª parte.
- C) Correta somente em sua 2ª parte.
- D) Totalmente incorreta.



06 (FAUEL - 2020) Analise as alternativas a seguir e identifique a que NÃO apresenta corretamente um dos artigos do Estatuto do Idoso.

- A) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.
- B) É obrigação do Estado retardar, na medida do possível, todo e qualquer processo de envelhecimento, mediante efetivação de políticas públicas.
- C) É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- D) Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

07 (VUNESP - 2019) Um dos direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto do Idoso é o da alimentação. Define o referido Estatuto que os alimentos serão prestados a esse grupo etário na forma da lei civil e que a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores. Ainda de acordo com o art. 14, da Lei nº 10.741/2003, se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito:

- A) da assistência social.
- B) da saúde da família.
- C) da solidariedade humana.
- D) da defensoria pública.
- E) do conselho do idoso.



08 (GUALIMP - 2019) Segundo o Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, no seu artigo 4º “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.” Baseado nesta Lei, de quem é o dever de prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso?

- A) Todos.
- B) Família e Conselho Municipal do Idoso.
- C) Ministério Público e Conselho Municipal do Idoso.
- E) Família e Ministério Público.

09 (CONTEMAX - 2020) Considerando o Estatuto do Idoso, é **CORRETO** afirmar que os idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família será assegurado:

- A) o benefício mensal de 2 salários-mínimos.
- B) o benefício mensal de 1 salário-mínimo.
- C) o benefício mensal de 1/2 salário-mínimo.
- D) o benefício mensal de 1/3 do salário mínimo.
- E) o benefício mensal de 1/4 do salário mínimo.

10 (CESPE - 2018) Em relação aos casos de violência contra criança e idoso, julgue o item que se segue, considerando os respectivos estatutos vigentes.

Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde, públicos e privados, à autoridade sanitária.

- () CERTO
- () ERRADO



11 (LA SALLE - 2015) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade; na aquisição de imóvel para moradia própria, observada reserva das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos, em pelo menos:

- A) 2% (dois por cento).
- B) 3% (três por cento).
- C) 5% (cinco por cento).
- D) 10% (dez por cento).
- E) 15% (quinze por cento).

12 (AOCF - 2015) No exercício de suas funções, conforme artigo 74 do Estatuto do Idoso, qual profissional terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso?

- A) Representante do Conselho Tutelar.
- B) Representante do conselho de saúde municipal.
- C) Representante do Ministério Público.
- D) Secretário de Saúde do município.
- E) Representante do posto de saúde.

13 (VUNESP - 2015) Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares e sem considerar critério diverso de legislação local, aos idosos:

- A) maiores de 55 anos.
- B) com idade igual ou superior a 60 anos para mulheres e igual ou superior a 65 anos para homens.
- C) maiores de 65 anos.
- D) com idade igual ou superior a 60 anos.
- E) compatível com o envelhecimento médio da população, variável por períodos.



14 (VUNESP - 2015) Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 230, a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Regulamentando os preceitos constitucionais, o Estatuto do Idoso, em se tratando do direito à vida, define, no art. 8º, que o envelhecimento é um direito:

- A) Justo
- B) Atual
- C) Merecido
- D) Generoso
- E) Personalíssimo

15 (VUNESP - 2016) A Lei assegura às pessoas idosas o direito de serem atendidas antes de qualquer outra; essa previsão legal aplica-se aos mais diversos locais, de natureza pública ou privada, como hospitais, clínicas, supermercados, cinemas, teatros, dentre tantos outros. Esse direito está previsto no artigo 3º (parágrafo único) do Estatuto do Idoso como garantia de:

- A) Emergência
- B) Privilégio
- C) Urgência
- D) Prioridade
- E) Solidariedade

16 (IPEFAE - 2016) A Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) versa sobre uma série de direitos garantidos pelo Estado às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. No que diz respeito aos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, é assegurado aos idosos a gratuidade do transporte desde que:

- A) utilizem os veículos exclusivos disponíveis na municipalidade.
- B) apresentem qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.
- C) procedam ao embarque em pontos cadastrados no programa de gratuidade.
- D) reivindiquem o benefício junto à fiscalização estadual.



17 (KLC - 2017) O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), em se tratando do direito à vida, define no Art. 8º, que o envelhecimento é um direito:

- A) Social.
- B) Personalíssimo.
- C) Justo.
- D) Fundamental.

18 (CIEE - 2018) De acordo com o Estatuto do Idoso, as medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos em Lei forem ameaçados e violados:

- I - Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- II - Por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- III - Em razão de sua condição pessoal.

Está CORRETO:

- A) Somente o item I
- B) Somente os itens I e III
- C) Somente os itens II e III
- D) Todos os itens.

19 Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. De acordo com o Estatuto do Idoso, dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de _____, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

- A) cinquenta anos
- B) sessenta anos
- C) sessenta e cinco anos
- D) setenta anos
- E) oitenta anos



20 Conforme estabelecido pela Lei Federal nº 10.741/2003, o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção, um direito social. Estabelece ainda o Estatuto do Idoso, em seu artigo 10 (§ 1º, incisos IV e VII) que a prática de esportes e de diversões, e a faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação são aspectos do direito fundamental:

- A) à liberdade.
- B) à solidariedade.
- C) ao convívio.
- D) ao respeito.
- E) aos bens materiais.

21 Conforme estabelecido pela Lei Federal nº 10.741/2003, a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores. O Estatuto prevê que transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que, as referendará, e passarão a ter efeito de:

- A) Título executivo extrajudicial
- B) Título executivo judicial
- C) Transação penal
- D) Acordo cível
- E) Ação judicial de natureza cível

22 O Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741/2003 - prevê a reserva de vagas em estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, no seguinte percentual:

- A) 10%
- B) 5%
- C) 15%
- D) 20%
- E) 3%



23 (CIEE - 2019) De acordo com o disposto no Estatuto do Idoso, a garantia de prioridade compreende, EXCETO:

- A) atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- B) priorização do atendimento do idoso por sua própria família em complemento ao atendimento asilar, mesmo aos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- C) garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- D) prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

24 (INSTITUTO MAIS - 2012) Segundo o artigo 49 do Estatuto do Idoso, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotará o seguinte princípio:

- A) privação dos vínculos familiares.
- B) atendimento padronizado e em grandes grupos.
- C) mudanças de instituição, proporcionando ao idoso novas trocas de experiência.
- D) participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo.

25 (IESES - 2019) A Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Segundo essa Lei, assinale a alternativa correta.

- A) Idosa é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- B) Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de 90 (noventa) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
- C) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- D) As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, em pavimento alto e silencioso.



26 O abandono, a ausência de vínculo familiar, a inexistência de condições de prover a subsistência, a opção familiar, são alguns motivos que levam à institucionalização do idoso. Na atualidade, as instituições de longa permanência para idosos ainda apresentam imagens negativas, consideradas pela sociedade como reduto de abandonados e excluídos. No entanto, a legislação vigente colabora para a superação dessa imagem, estabelecendo parâmetros para o funcionamento de tais instituições. Assim sendo, o Estatuto do Idoso (art. 49, VI) determina que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão dentre seus princípios a observância dos direitos e garantias dos idosos, a preservação da sua identidade e oferecimento de ambiente de respeito e:

- A) dignidade.
- B) simplicidade.
- C) idoneidade.
- D) salubridade.
- E) funcionalidade.

27 (OBJETIVA - 2019) Segundo a Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, analisar a sentença abaixo:

Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão (1ª parte). Nenhum atentado aos direitos do idoso, por ação ou omissão, será punido na forma da lei (2ª parte).

A sentença está:

- A) Totalmente correta.
- B) Correta somente em sua 1ª parte.
- C) Correta somente em sua 2ª parte.
- D) Totalmente incorreta.



28 (VUNESP - 2019) As entidades governamentais de atendimento que descumprirem as determinações da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, entre outras, à seguinte penalidade:

- A) suspensão parcial do repasse de verbas públicas.
- B) afastamento provisório de seus dirigentes.
- C) interdição de unidade ou suspensão de programa.
- D) suspensão total do repasse de verbas públicas.
- E) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

29 De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), as entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência, devem seguir, dentre outros princípios:

- A) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos.
- B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- C) preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.
- D) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio.

30 (CONSULPLAN - 2019) O Estatuto do Idoso estabelece uma prioridade na tramitação de processos que tenham idosos como interessados. A partir de uma idade, a prioridade é especial, ou seja, o processo tramita com preferência dentre as prioritárias. Apelidou-se tal prioridade especial de “superidoso”, correspondendo à idade de mais de:

- A) Oitenta anos
- B) Setenta anos
- C) Setenta e cinco anos
- D) Sessenta e cinco anos



31 A Lei Nº 10.741/2003, em seu Art. 55, regula os procedimentos que devem ser tomados na ocorrência de infração por entidade de acolhimento que coloque o idoso em risco. Para as providências cabíveis, o fato deve ser comunicado ao:

- A) Conselho Municipal de Assistência Social.
- B) CREAS.
- C) Ministério Público.
- D) policial responsável.

32 No que compete ao Estatuto do Idoso, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito humano, nos termos desta Lei e da legislação vigente.
- B) É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- C) É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- D) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.
- E) Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

33 (FUNDATEC - 2011) O Estatuto do Idoso define medidas de proteção que devem ser aplicadas sempre que o idoso tiver os seus direitos reconhecidos por Lei ameaçados ou violados. Assinale, nas alternativas abaixo, uma das medidas que pode ser aplicada.

- A) Abrigo temporário.
- B) Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.
- C) Mobilização da opinião pública.
- D) Benefício mensal de um salário-mínimo.
- E) Procedimento de um estudo social e pessoal de cada caso.



34 (FCC - 2008) O Estatuto do Idoso, e suas alterações posteriores, assegura direitos que, de uma forma geral, beneficiam pessoas a partir de 60 anos de idade. Figura como exceção à essa regra geral o direito:

- A) ao transporte gratuito, que favorece pessoas a partir de 70 anos de idade.
- B) à tramitação processual prioritária, que favorece pessoas a partir de 55 anos de idade.
- C) ao benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, aplicável a partir de 65 anos de idade.
- D) a descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, aplicável a partir de 70 anos de idade.
- E) ao recebimento prioritário da restituição do Imposto de Renda, que beneficia pessoas a partir de 70 anos de idade.

35 (DIRECTA - 2019) No que determina o Art. 43 da Lei Federal 10.741/03 as medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por falta, omissão ou abuso apenas da família, excluindo o curador ou entidade de atendimento;
- II - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- III - em razão de sua condição pessoal.

Diante das informações acima, é correto somente o disposto em:

- A) I
- B) II e III
- C) I e II
- D) III



36 (FUNDEPES - 2016) José tem 70 anos e não possui domínio de suas faculdades mentais. Ele se encontra enfermo, internado em hospital público e não tem curador nem familiares conhecidos. Segundo o Estatuto do Idoso, a opção pelo tratamento mais adequado a José deve ser feita:

- A) pelo próprio médico do hospital em que se encontra internado.
- B) por um membro do Ministério Público Estadual.
- C) por um assistente social.
- D) por um juiz.

37. (AOCP - 2018) É uma medida específica de proteção ao idoso, prevista na Lei 10.741/03:

- A) encaminhamento ao serviço de saúde local, mediante notificação.
- B) abrigo em entidade.
- C) abrigo permanente.
- D) concessão do benefício de prestação continuada ao idoso.
- E) encaminhamento ao Programa de assistência social.

38 (IBFC - 2020) As entidades de atendimento que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às penalidades previstas no Estatuto, observado o devido processo legal. Com relação às entidades não-governamentais, assinale a alternativa que apresenta uma penalidade que não está prevista na Lei nº 10.741/2003.

- A) Advertência
- B) Multa
- C) Suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas
- D) Prestação de serviços à comunidade



39 (INSTITUTO MAIS - 2019) De acordo com o Estatuto do Idoso, compreende expressamente a uma garantia de prioridade assegurada ao idoso a:

- A) participação na vida política.
- B) prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda.
- C) crença e culto religioso.
- D) prática de esportes e de diversões.

40 (VUNESP - 2018) Nos termos da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que em todo atendimento de saúde terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência, os maiores de:

- A) setenta anos.
- B) oitenta anos.
- C) sessenta e cinco anos.
- D) setenta e cinco anos.
- E) sessenta anos.

41 (UNIFIL - 2020) Com base na Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, que rege o Estatuto do Idoso, assinale a alternativa incorreta.

- A) É dever exclusivo da família prevenir a ameaça ou a violação aos direitos do idoso.
- B) As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.
- C) Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- D) É considerado como violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.



42 (AOC - 2020) Conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio:

- A) do cadastramento da população idosa em base territorial.
- B) da prática de esportes e de diversões.
- C) da participação na vida familiar e comunitária.
- D) da faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.
- E) da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

43 (CESPE - 2020) De acordo com as disposições do Estatuto do Idoso, a obrigação alimentar devida ao idoso é:

- A) dos seus descendentes e, subsidiariamente, do seu cônjuge ou companheiro, não podendo o idoso optar pelo prestador.
- B) do seu cônjuge ou companheiro e, subsidiariamente, dos seus descendentes, não podendo o idoso optar entre eles.
- C) dos seus descendentes ou do seu cônjuge ou companheiro, que serão designados em juízo.
- D) solidária, não podendo o idoso optar pelo prestador, que será designado em juízo.
- E) solidária, podendo o idoso optar pelo prestador.

44 (CESPE - 2020) À luz do Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.

A prioridade de tramitação de processos nos quais a parte ou interveniente tenha idade igual ou superior a sessenta anos restringe-se à primeira instância.

- () CERTO
- () ERRADO



45 (VUNESP - 2019) O Estatuto do Idoso estabelece que é vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos. No entanto, quando de interesse do próprio idoso, será admitido o seguinte procedimento:

- A) o órgão público deverá aceitar qualquer tipo de prova de vida do idoso.
- B) o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência.
- C) o idoso se fará representar por procurador legalmente constituído.
- D) o órgão público deverá pagar as despesas de transporte especial para o idoso.
- E) bastará ao idoso fazer requerimento escrito para ser dispensado do comparecimento.

GABARITO

01. A	02. B	03. A	04. D	05. C	06. B	07. A	08. A	09. B	10. A
11. B	12. C	13. C	14. E	15. D	16. B	17. B	18. D	19. E	20. A
21. A	22. B	23. B	24. D	25. A	26. A	27. B	28. B	29. C	30. A
31. C	32. A	33. A	34. C	35. B	36. A	37. B	38. D	39. B	40. B
41. A	42. A	43. E	44. B	45. C	---	---	---	---	---